

POR
ANDRE SOUZA E
LUIGI FREIRE (Estagiário)



Objetivo é enfrentar a tortura e os maus tratos nos presídios

Pena Justa do CNJ atua contra superlotação nos presídios

O plano Pena Justa, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reúne medidas para reduzir a superlotação e combater casos de tortura e maus-tratos no sistema prisional. No Rio Grande do Norte, nota técnica do Tribunal de Justiça apresenta orientações para antecipação da progressão de regime e livramento condicional em unidades superlotadas. O estado também possui uma Central de Regulação de Vagas. Centrais já funcionam em outras 11 unidades da Federação e outras 15 estão em implantação. A meta é chegar a 27 até 2027. No Ceará, policiais penais foram condenados por episódios de tortura contra presos no Complexo Penitenciário de Itaitinga. O CNJ realizou inspeções em 26 estabelecimentos do estado em 2021. O Pena Justa atende a determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 347.

Senado celebra os 80 anos do TST

O Senado Federal realizou na segunda-feira (24), sessão solene pelos 80 anos do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a homenagem destacou a atuação da Corte na aplicação das normas trabalhistas. O presidente do TST, ministro Vieira de Mello Filho, afirmou que o Tribunal deve contribuir para uma Justiça do Trabalho integrada e uniforme no país. A cerimônia reuniu ministros, magistrados, representantes do Ministério Público do Trabalho, governo, OIT e entidades sindicais.



Mauricio Godinho Delgado, Ives Grandra e Vieira de Mello Filho

44 tribunais atingem transparência máxima

O Ranking da Transparência 2026 do CNJ registrou 44 órgãos do Judiciário com 100% de cumprimento das exigências de divulgação de informações, ante 19 em 2025. Dos 94 órgãos avaliados, 89 atingiram índice igual ou superior a 90% e 78 chegaram a pelo menos 95%. A análise considera 83 questões divididas em 11 temas, como gestão, orçamento, contratos, pessoal e acessibilidade. Obtiveram nota máxima o TRF-2, 14 TJs, 12 TREs, 14 TRTs, além do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

TST nega indenização por acidente antigo

A Segunda Turma do TST rejeitou pedido de indenização de um ferramenteiro que perdeu parte do dedo indicador em acidente de trabalho em 2007, no Pará. A ação só foi apresentada em 2025. Para o colegiado, a lesão e seus efeitos foram conhecidos imediatamente, mas o prazo para recorrer à Justiça terminou em 2010, dois anos após o fim do contrato de trabalho. A decisão foi unânime entre os ministros.

Denúncias Eleitorais I

O aplicativo Pardal, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já registrou 3.468 denúncias de possíveis irregularidades nas Eleições 2026 até a manhã de segunda. Em cinco dias, foram 2.365 registros, mais que o triplo do total contabilizado na quarta (19). São Paulo lidera entre os estados, com 613 ocorrências registradas no país.

Denúncias Eleitorais II

Entre os cargos, deputado estadual reúne 1.245 denúncias, seguido por deputado federal, com 1.096. Nas irregularidades, ocorrências em vias públicas lideram, com 1.200 registros, seguidas por propaganda na internet, com 599. Pelo Pardal, eleitores podem enviar relatos à Justiça Eleitoral com fotos, vídeos, áudios e link sobre as ocorrências ao TSE.

Habeas Corpus Negado I

O Superior Tribunal Militar (STM) negou, por unanimidade, habeas corpus apresentado pela defesa de um capitão do Exército que buscava encerrar uma ação em Campo Grande (MS). O militar é acusado pelo Ministério Público Militar de difamação, injúria e violência psicológica contra oficiais, em seis episódios envolvendo militares entre 2023 e 2025.

Habeas Corpus Negado II

Segundo a denúncia, os casos incluem supostas ameaças, humilhações e ofensas durante atividades do Exército. A defesa alegou falta de provas e ausência de justa causa. O STM entendeu que há elementos mínimos para o processo continuar e manteve a ação penal. A decisão não representa condenação e os fatos ainda serão julgados.

Postagem Racista I

O Ministério Público Federal obteve a condenação de um internauta por publicar conteúdo racista em uma rede social. A postagem, feita em 2023, associava características físicas de uma pessoa negra à prática de crimes e alcançou quase 10 mil visualizações. A Justiça Federal de Pernambuco enquadrou o caso como racismo recreativo e fixou pena de dois anos de reclusão.

Postagem Racista II

A defesa alegou que a publicação era uma brincadeira e estaria protegida pela liberdade de expressão, além de citar a autodeclaração racial do acusado. A Justiça rejeitou os argumentos e considerou que o humor não elimina o caráter discriminatório. A pena foi convertida em serviços comunitários e doações a entidade filantrópica.



Benedito Gonçalves quer reduzir morosidade processual

Corregedor do CNJ quer tecnologia contra morosidade

Benedito Gonçalves assume o cargo com foco em eficiência e modernização

Por **Beatriz Cicci**

O ministro Benedito Gonçalves assumiu, nesta terça-feira (25), o cargo de corregedor nacional da Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o biênio 2026-2028.

Com o encerramento da gestão do ministro Mauro Campbell – o atual vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) –, Gonçalves toma posse após ser nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última segunda-feira (17).

Com mais de 38 anos na magistratura, Gonçalves foi ministro na Primeira Turma do STJ pelos últimos 18 anos. Além disso, atuou como corregedor-geral no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre 2022 e 2023.

Como relator no TSE, Gonçalves conduziu as ações que resultaram na inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sob o entendimento de que o ex-presidente havia disseminado informações falsas para desacreditar o sistema de votação.

Entre as principais iniciativas impulsionadas pelo magistrado, destaca-se o estímulo à participação da população negra no processo eleitoral. O ministro ainda presidiu a comissão de juristas que propôs avanços na legislação anti-racista do país.

Atualmente, Gonçalves é diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e liderou a implementação do Exame Nacional da Magistratura (Enam), para a padronização e à igualdade no ingresso na carreira judicial.

Durante a solenidade, o ministro ressaltou que a Corregedoria deve atuar na convergência entre a responsabilidade funcional, eficiência institucional e confiança pública. Gonçalves reafirmou seu compromisso com a sociedade e assegurou que sua gestão será marcada pela correção de falhas, identificação de gargalos no Poder Judiciário e pelo diálogo entre as instituições públicas e a sociedade que servem – com finalidade preventiva e orientadora.

“A resposta institucional precisa conciliar duas coisas: unidade nacional e sensibilidade local. Isso exige diálogo permanente com os tribunais, com as corregedorias, com as escolas judiciais, com as serventias extrajudiciais e com os demais órgãos do sistema de Justiça”, detalhou o ministro.

O ministro ainda manifestou intenção de diminuir demoras em processos judiciais, apontando o uso da tecnologia como um dos desafios a serem enfrentados.